



Comentários sobre a tradução de textos históricos em geral e de textos amazônicos em particular: a tradução de um trecho do *Surinaamsche Almanak voor het Jaar 1821*

Comments on the translation of historical texts in general and texts about the Amazonian region in particular: the translation of an excerpt of the *Surinaamsche Almanak voor het Jaar 1821*

Júlio César Neves Monteiro

Universidade de Brasília

Brasília, Distrito Federal, Brasil

cesarjl@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9464-2615> 

Resumo: : O objetivo principal deste artigo é trazer algumas reflexões sobre a tradução de fontes primárias com foco na tradução de textos amazônicos. O objetivo secundário, mas não menos relevante, é trazer, via tradução para o público brasileiro, a questão da escravidão negra na Amazônia colonial holandesa. Embora o assunto possa interessar ao público brasileiro em geral, creio que, pela especificidade do tema e pela natureza do texto aqui apresentado, a tradução objeto deste artigo possa ser particularmente interessante para os especialistas das áreas de história, antropologia e áreas afins que se dediquem aos estudos da escravidão negra nas Américas e sobretudo pelo viés comparativo entre quilombolas amazônicas brasileiros e os *bosnegers* do Suriname colonial. A discussão se dará em torno da tradução de um trecho do *Surinaamsche Almanak*, edição de 1821.

Palavras-chave: fontes primárias; Suriname; estudos da tradução.

Abstract: The main aim of this article is to provide some considerations about the translation of primary sources, with a focus on the translation of Amazonian texts. A secondary but no less relevant goal is to bring the issue of black slavery in the Dutch Amazonian colony to the Brazilian public via translation. Although the subject may be of interest to the Brazilian public in general, I believe that, due to the specificity of the topic and the nature of the text to be translated, the translated text may be of particular interest to specialists in the fields of history, anthropology and related areas who dedicate themselves to the study of black slavery in the Americas, especially those interested in a comparative perspective between Brazilian Amazonian *quilombolas* and the *bosnegers* of colonial Suriname. The discussion will focus on the translation of an excerpt from the *Surinaamsche Almanak* of 1821.

Keywords: primary sources; Suriname; translation studies.

I. A tradução de documentos históricos

Creio ser relevante que se faça uma discussão, ainda que breve, de aspectos teórico-metodológicos da tradução de documentos históricos que podem ser utilizados como fontes primárias de pesquisa de profissionais das mais diversas áreas. A tradução de fontes primárias, especialmente aquelas mais recuadas no tempo, traz consigo questões incontornáveis. Parto do princípio de que todo ato de tradução e toda reflexão sobre esse ato implica repensar, reestruturar e, no limite, renovar tudo quanto se disse sobre o ato de traduzir, e a tradução de fontes primárias nos convida a repensar questões epistemológicas.

O documento histórico vale pelo que contém, sendo secundárias (mas de forma alguma desprezíveis) questões de gênero e de estilo. Evitar o falseamento de informações contidas no texto de origem implica ressignificar, entre outras questões, a fidelidade, sempre observando que essa atende por outros nomes ao longo da história da tradução e da história dos Estudos da Tradução. Eis-nos diante da encruzilhada no caminho da suposta autonomia do tradutor: fidelidade a quê? fidelidade a quem? Uma empreitada como a tradução de um documento histórico, como é o caso do *Almanak*, torna imprescindível estabelecer um parâmetro de fidelidade que atenda às especificidades do documento e dos interesses dos leitores.

Um documento não se sustenta senão com base em sua autenticidade e legitimidade. No caso de um documento histórico, sua legitimidade é conferida por sua posição em relação a outros documentos antigos que, ao contrário dos primeiros, não fazem parte da memória coletiva de uma sociedade, entre outros critérios. A título de exemplificação: um manual de refrigerador dos anos 1930 é um documento antigo e autêntico, mas não chega a ser um documento histórico, pois não se relaciona necessariamente com um povo ou cultura do ponto de vista da construção de uma memória e de valores coletivos. A tradução desse manual pode até ocorrer, mas não por seu valor ou posição na memória coletiva, mas sim por alguma contingência muito específica que escapa aos objetivos deste artigo. Por ora, basta dizer que a tradução de manual dessa natureza atende ao solicitado por um cliente determinado, ao passo que a tradução de um documento histórico atende, potencialmente, à necessidade ou interesse de um coletivo, da sociedade na qual ele passa a se inserir.

1.2. Um esboço de proposta teórico-metodológica para a tradução de fontes primárias

Diante do exposto acima, estabeleço como ponto de partida para a discussão de fidelidade, em termos epistemológicos mais gerais, o que propõem as abordagens funcionalistas da tradução, sempre pelo viés crítico. Faço o recorte teórico nas abordagens funcionalistas pela atenção por elas dispensadas a textos com menor carga metafórica, que poderíamos alternativamente definir como textos não literários. Também estabeleço o recorte nas abordagens funcionalistas para tratar da fidelidade em termos de adequação, estratégia e objetivo do ato tradutório (Reiss, 1971; Vermeer, 1978; Nord, 1997).

O que seria, então, adequado no caso da tradução de fontes primárias? Expandindo o proposto pelas abordagens funcionalistas em suas sucessivas reformulações, proponho como categorias de análise o deslocamento espaço temporal do texto histórico e o deslocamento da função do texto de partida, dessa vez tendo como ponto central a presença de paratextos de tradutor respaldados por uma reflexão teórica e rigor metodológico. No paratexto, o tradutor tem autonomia para tecer os comentários que julgar pertinentes, resguardando as características do texto histórico traduzido. Procuro, porém, não limitar a tradução e a análise de documentos traduzidos como ações individuais e com objetivo aprioristicamente definidos, e sim como ações inseridas no trânsito de informação entre culturas, com todas as condicionantes que esse trânsito implica.

Proponentes de abordagens funcionalistas da tradução consideram que a fidelidade é dada como condição posterior à obtenção de coerência e essa é atribuída pela relação funcional entre T1 e T2 que o tradutor estabelece. Questões no nível microtextual escapam ao crivo da teoria, como

aponta Chesterman (1998). Defendo que é precisamente no nível microtextual que a tradução de documentos históricos exige de tradutores e teóricos especial reflexão. Do mesmo modo, a questão da autoridade do texto de partida merece atenção de parte dos tradutores e teóricos. Se esses aspectos, dentre outros, levam a uma relativização do papel do tradutor como autor do texto de chegada e consequentemente limitam sua autonomia é uma questão sobre a qual as limitações deste artigo não permitem avançar. Discuto a autonomia, como mencionei anteriormente, a partir do paratexto de tradutor.

O documento histórico, independentemente de sua datação, traz em sua tradução certa opacidade, e sua análise e interpretação não cabem ao tradutor e sim ao pesquisador que terá contato com esse texto. Rupturas, repetições, dados incertos ou incorretos, entre outros, são intrínsecos ao documento histórico e são, eles mesmos, dados para análise por parte de especialistas. Defendo que a tradução deve conservar esses traços e que o paratexto de tradutor estabeleça uma relação com eles. Do mesmo modo, as adaptações pontuais que por vezes se fazem necessárias na tradução de documentos muito recuados no tempo (questão não satisfatoriamente descrita nas abordagens funcionalistas) têm seu lugar privilegiado de discussão no paratexto.

Assim, o foco teórico-metodológico da tradução de documentos históricos se desloca do texto para o paratexto, local em que características microtextuais do texto de origem podem ser levadas ao conhecimento dos leitores e evitar seu estranhamento diante do texto traduzido que consomem. O mesmo se aplica a esclarecimentos enciclopédicos ou biográficos, em forma de nota ou de texto de acompanhamento, que possam ajudar a iluminar o teor do texto (Monteiro, 2022).

Apresentada a discussão teórico-metodológica de forma breve e certamente insatisfatória, retomo o trecho traduzido do *Surinaamsche Almanak* na versão digital disponível na Koninklijk Nederlands Historisch Genootschap. Antes de passar a questões do texto propriamente e de considerações sobre sua tradução, cabe apresentar aqui algumas informações sociohistóricas do Suriname colonial, mais especificamente no que se refere ao povoamento do Suriname.

2. A composição étnica da Colônia do Suriname

Em 1667, foi pacificada a disputa da região entre os Países Baixos e o Reino Unido, e o Suriname permaneceu como colônia dos Países Baixos até 1954 e a partir dessa data até a independência, em 1975, foi um país autônomo dentro do Reino dos Países Baixos. O povoamento da então colônia do Suriname é um mosaico multiétnico que se desenha pela lógica da economia colonial europeia nas Américas. O açúcar foi o pivô da disputa pelo território do atual Suriname entre os Países Baixos e o Reino Unido, pois a *commodity* altamente valorizada na Europa a partir do século XVI era obtida com abundância das plantações de cana de açúcar desse território que, além disso, apresentava localização estratégica para a movimentação dos holandeses entre os continentes europeu e americano e também como base para incursões pela América do Sul. Quando os holandeses se estabeleceram definitivamente no Suriname, o chamado Brasil Holandês já tinha se tornado um projeto de expansão malogrado, mas que teria impactos diretos no povoamento e na economia da nova colônia, como mostrarei mais adiante.

A sociedade branca de origem holandesa estava dividida entre a pequena população urbana de Paramaribo, a capital, e uma população rural nas plantações. Os holandeses que se estabeleceram na colônia eram principalmente representantes do exército e da administração colonial, mas havia também entre os europeus quem foi estabelecer, como proprietário, nas plantações de cana de açúcar, café, algodão, tabaco e outras *commodities*. Eram também europeus os administradores das plantações e seus gerentes. Recordo que a exploração do Suriname foi uma espécie de parceria público-privada entre o governo holandês e investidores da Companhia das Índias Ocidentais, o que explica a peculiar organização administrativa das plantações (Emmer *et alli*, 2010; Monteiro, 2018).

Em uma posição econômica e social equivalente àquela dos brancos europeus, colonos de origem judaico-portuguesa e espanhola já se encontravam assentados no território do atual Suriname

desde a primeira metade do século XVII (Emmering, 1975). A partir da segunda metade do século XVII, os judeus do Suriname apresentam estreita relação como o Brasil. Com o fim da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro em 1654, a população judaica da região, que vivia em liberdade sob os ocupantes, viu-se forçada à conversão ou à fuga. Entre os que optaram por sair do Brasil, um número considerável optou por estabelecer-se no Suriname, onde se estabeleceram como comerciantes nas cidades ou, em sua maioria, como donos de plantações de cana de açúcar, cacau, café e algodão na chamada Jodensavanne, assentamento judaico às margens do rio Cassipora (Jobini, 2012; De Bye, 2002).

A população originária era composta por diferentes etnias, como os aruaques e caribes, na costa, e os tiriós, wayanas e akuryós no interior, com seus territórios margeando os rios da região (BRASIL. FUNAI). Os povos da costa, principalmente os caribes, opuseram resistência ao colonizadores holandeses até que se firmou, em 1684, um tratado de paz. Os atritos, porém, não impediam os caribes de vender aos holandeses seus prisioneiros de guerra, na condição de “escravos vermelhos” (Dalhuizen *et alli*, 2007). Embora a escravidão indígena tenha existido nos sistemas colonial britânico e, mais tarde, holandês, o modo de produção da máquina colonial só se tornou viável pela importação em massa de escravizados negros africanos:

A fim de fazer girar a engrenagem de produção nos moldes do colonialismo, fez-se necessária a importação de mão-de-obra para a colônia, inicialmente sob a forma de africanos escravizados. Os escravos negros foram levados ao país entre 1650 e 1808, vindos principalmente do Oeste da África. Os navios negreiros da Companhia da Índias Ocidentais, responsáveis tanto pela ocupação holandesa do Nordeste brasileiro como pela administração dos territórios que hoje chamamos Suriname, partiam do que hoje é Gana com destino à colônia. Quando não havia africanos escravizados em número suficiente, faziam paradas onde hoje é território angolano para que os navios cruzassem o oceano com lotação máxima. Brasil e Suriname, portanto, compartilham já no século XVII dois aspectos fundamentais: o jugo empresário colonial holandês e parte da população com uma origem comum na África. (Monteiro, 2018, p.103)

Dessa população escravizada surgem os *bosnegers*, os “negros da selva” quilombolas, amplamente citados no trecho traduzido do *Almanak*. Escapavam do jugo dos brancos e das inclementes condições de trabalho embrenhando-se pela selva, não raro após massacres contra os brancos das plantações. Na maioria das vezes, selavam alianças de proteção mútua e de comércio com as etnias originárias do interior do território. Retomavam nos quilombos práticas de socialização ancestrais, tais como práticas religiosas de origem africana proibidas pelos brancos nas plantações e muitos recusavam seus nomes de batismo dados pelos brancos (Jabini, 2012). Como se depreende do trecho traduzido do *Almanak*, a capitulação dos quilombolas revelava-se uma questão imperativa para a administração colonial, sob pena de desaparecimento da estrutura econômica da colônia. Se a captura e reescravização falhassem, entravam em campo grupos de negociação de paz entre quilombolas e a administração colonial. Desses tratados de paz consiste quase a totalidade do trecho traduzido do mencionado almanaque.

3. O *Surinaamsche Almanak*

O *Surinaamsche Almanak* (Almanaque do Suriname) foi publicado em Paramaribo entre os anos de 1789 e 1913 por editoras diferentes ao longo da sua história. O *Surinaamsche Almanak*, em todas as suas edições desde a primeira, é um guia pormenorizado das atividades civis, militares, governamentais e econômicas da colônia do Suriname. Na edição relativa ao ano de 1821, no capítulo destinado às atividades econômicas, oferece um documento completo com informações de todas as plantações do Suriname, seus donos, o que produziam, seus administradores e diretores. Podemos, ainda, estabelecer relações entre questões econômicas e sociais, especialmente quanto aos povos residentes no território.

O almanaque descreve as complexas relações entre os diferentes grupos étnicos que compunham a população da colônia. Uma sociedade em que

os brancos estão no topo, os judeus são tolerados mas mantidos à parte da sociedade branca, os mestiços livres se reconhecem como parte da sociedade branca, embora sejam por essa excluídos, mas se mantém aparte da população negra livre, os negros livres desprezam os negros escravizados e, por fim, os negros escravizados mantidos à parte e desprezados por todos (Beijer & Sulpke, 1820, pp. 31-32, tradução minha)

Os negros escravizados, estão, portanto, no último degrau da complexa pirâmide étnica da colônia do Suriname.

A edição de 1821 do Almanaque traz a lista dos tradutores juramentados em atividade na colônia do Suriname. Entre as línguas contemplada está o português, língua dos judeus sefarditas donos de plantações e de comércios na colônia. Algumas informações contidas na edição do Almanaque são, inclusive, traduzidas desse idioma para o neerlandês. Na edição de 1821 encontramos uma descrição pormenorizada das plantações de cana de açúcar, café, algodão, cacau, madeira e demais *commodities*, bem como dados populacionais por etnia, condição social e local de residência.

O almanaque evidencia um cuidado meticuloso com quantificações e registros de toda sorte, o que vai desembocar também na questão dos escravos e dos quilombolas. O almanaque traz inclusive dados sobre a religião dos escravos por região da colônia, com prevalência de luteranos, seguidos de católicos. Nenhuma religião de matriz africana entra na lista de religiões da colônia e nenhum escravo, portanto, é a elas associado. As religiões listadas são todas cristãs, com exceção do judaísmo. A ausência de dados sobre religiões de matriz africana não se dá por acaso, visto que as práticas culturais da população negra, escravizada ou não, aparece de maneira muito incidental nas páginas da edição de 1821 do almanaque.

4. Comentários sobre a tradução

A tradução para o português do Brasil de um trecho do almanaque seguiu a proposta teórico-metodológica apresentada neste artigo. O texto tem pouco mais de duzentos anos e algumas convenções estilísticas e linguísticas e outras marcas evidentemente sofreram alteração ao longo do tempo. A seguir, destaco algumas dessas ocorrências e como foram abordadas no ato da tradução e como elas aparecem no texto traduzido.

Marcas estilísticas encontradas no texto original foram mantidas. A numeração do original foi mantida na tradução, mesmo quando interrompe frases. O objetivo é fazer com que o leitor-pesquisador tenha contato com um material tão próximo quanto possível do original e tire dali as informações que julgar pertinente. Do mesmo modo, a pontuação foi mantida como no original sempre que possível. Não julgo tarefa do tradutor, no caso de fontes históricas e pelos motivos apresentados na discussão teórico-metodológica acima, trazer o texto para as convenções de forma e de estilo do nosso tempo, sob pena de escamotear alguma informação importante veiculada justamente por seu uso no documento.

Os arcaísmos presentes no texto são de dois tipos: de natureza linguística, com as previsíveis ocorrências sintáticas, morfológicas e semânticas já distantes do uso corrente na língua neerlandesa atual, e os de natureza onomástica. Os arcaísmos do primeiro grupo não foram conservados no texto traduzido, pois a recriação de um português do século XVII, além de pouco factível, representaria ela mesma um falseamento, uma pantomima do documento original.

Os de natureza onomástica, mormente os topônimos, subdividem-se em dois grupos, a saber: nomes de localidades que tiveram a grafia alterada ao longo do tempo e grafia incorreta/oscilante de topônimos. Os primeiros foram grafados tal como se encontram no texto original e a grafia segundo a convenção atual foi indicada nas notas de pé de página do tradutor. O mesmo procedimento foi adota-

do para os topônimos de grafia oscilante. Ainda no campo da onomástica, a antroponímia não sofreu nenhuma alteração na tradução. O nome de alguns grupos étnicos foi mantido como no original e sua grafia atual indicada nas notas de pé de página do tradutor. Questões referentes à realidade amazônica permaneceram como retratadas no documento original.

O uso de notas do tradutor revelou-se um instrumento bastante satisfatório para indicar ao leitor marcas do texto que já não são usuais em neerlandês. Justifico a decisão por manter as marcas na tradução porque, se não fosse assim, o pesquisador interessado talvez tivesse dificuldade em consultar textos sobre o mesmo assunto produzidos em épocas diferentes, pois poderia julgar pela grafia que os fatos narrados acontecem em dois ou mais lugares diferentes e com povos diferentes, quando na verdade é a mesma localidade, ou o mesmo povo, apenas registrados de forma distinta em documentos distintos. Ainda sobre as notas do tradutor, não lancei mão de notas para esclarecer fatos contidos no texto. A exegese do texto, volto a afirmar, é de competência do leitor-pesquisador que terá acesso ao texto traduzido.

Para além de contribuir de algum modo para facilitar o acesso a documentos históricos em uma língua como o neerlandês, de tão pouca difusão no Brasil, creio que este artigo também contribui para reflexão sobre o papel do tradutor diante de documentos históricos. Traduzir documentos históricos sobre a Amazônia, em particular, significa assumir a responsabilidade de transmitir a gerações presentes e futuras, em outros idiomas e culturas, um pouco da nossa própria história.

Referências

- Beijer E. & Sulpke, C.G. *Surinaamsche Almanak voor het Jaar 1821*. (1820). https://www.dbnl.org/tekst/_sur001182101_01/colofon.php
- BRASIL. FUNAI. Fundação Nacional do Índio. <https://www.gov.br/funai/pt-br>
- Chesterman, A. (1998). Causes, Translation, Effects. *Target. International Journal of Translation Studies*, 10(2), 201-230. <https://doi.org/10.1075/target.10.2.02che>
- Dalhuizen, L., Hassankhan, M., Steegh, F. (2007). *Geschiedenis van Suriname*. Walburg Pers.
- De Bye, J. H. (2002). *Historische schetsen uit het Surinaamse jodendom*. Uitgeverij Conserve.
- Emmer, Piet et alii. (2010). *Atlantisch Avontuur*. Walburg Pers.
- Emmering, S. (1975). *De kolonisatie van de Portugeesch Joodsche natie in Suriname en de geschiedenis van de Joden Savanne*. S. Emmering.
- Jabini, F. S. (2012). *Christianity in Suriname: An Overview of its History, Theologians and Sources*. Langham.
- KONINKLIJK NEDERLANDS HISTORISCH GENOOTSCHAP. www.knhg.nl
- Monteiro, J.C.N. (2018). Suriname: história, literatura e questões de tradução. *Revista da Anpoll*. 1(44), pp. 100-110. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i44.1165>
- Monteiro, J. C.N. (2022) Traduzindo a Amazônia Holandesa: Journaal Van De Reijs Door Den Vaandrigh Fredrik Hoeus, Gedaen Naer De Acouries. *Cadernos De Tradução*, 42 (spe1), pp. 54–63. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2022.e91657>
- Nord, C. (1997). *Translating as a purposeful activity*. St. Jerome Publishing.
- Reiss, K. (1971). Type, kind and individuality of text: decision making in translation. (Trad. Susan Kitron). In L. Venuti (ed), (2000). *The Translation Studies Reader*. Routledge.
- Vermeer, H. (2000). Skopos and commission in translational action. In Lawrence Venuti (ed.). *The Translation Studies Reader*. Routledge.

Notas

Contribuição de autoria

Concepção e elaboração do manuscrito: J. Monteiro

Coleta de dados: J. Monteiro

Análise de dados: J. Monteiro

Discussão dos resultados: J. Monteiro

Revisão e aprovação: J. Monteiro

Conjunto de dados de pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não se aplica.

Declaração de disponibilidade dos dados da pesquisa

Os dados desta pesquisa, que não estão expressos neste trabalho, poderão ser disponibilizados pelo(s) autor(es) mediante solicitação.

Licença de uso

Os autores cedem à Cadernos de Tradução os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial nesta revista. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (por exemplo: publicar em repositório institucional, em website pessoal, em redes sociais acadêmicas, publicar uma tradução, ou, ainda, republicar o trabalho como um capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Publisher

Cadernos de Tradução é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina. A revista Cadernos de Tradução é hospedada pelo [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editores

Marie Hélène C.atherine Torres

Editores de Seção

Andréia Guerini

Ingrid Bignardi

Revisão de normas técnicas

Ingrid Bignardi

Histórico

Recebido em: 09-10-2024

Aprovado em: 19-11-2024

Revisado em: 05-12-2024

Publicado em: Dezembro de 2024

